


*Valor*, terça, 19-07-05

## Como monitorar a sustentabilidade

Colunista José Eli da Veiga

 Deve tirar o cavalo da chuva quem supõe que venha a surgir um índice sintético de desenvolvimento sustentável. Basicamente porque são traiçoeiros índices compostos por várias dimensões heterogêneas, que dependem de muitos indicadores e suas inúmeras variáveis. Tanto quanto um piloto precisa estar permanentemente observando os diversos ponteiros de seu painel, qualquer pretensão de monitorar o desenvolvimento sustentável exigirá necessariamente consultas permanentes a dezenas de séries estatísticas, sem que seja possível amalgamá-las em um único índice.

Isto talvez não impeça, contudo, a obtenção de um índice mais restrito, de sustentabilidade ambiental, que sirva para ser comparado a índices de desenvolvimento já disponíveis, como o IDH (apesar de suas conhecidas limitações) e de seus sucedâneos. Já houve neste início de século pelo menos três grandes acontecimentos globais em que expressivos contingentes de nações assumiram sérios compromissos nessa direção. Em 2002, quando se realizou em Joanesburgo a chamada Rio+10 ("World Summit on Sustainable Development"). Em 2004, quando se realizou em Kuala Lumpur o encontro das Nações Unidas sobre a convenção da biodiversidade ("United Nations Convention on Biological Diversity"). E simultaneamente o processo que levou todos os 191 membros da ONU a assumirem as Metas do Milênio ("Millennium Development Goals").

Tais compromissos não focalizam apenas algumas das causas sociais que estão na base da degradação ambiental, como também metas específicas de sustentabilidade ambiental. E já existem vários indicadores exercendo papel bem efetivo nessas relações de fiscalização e pressão das entidades ambientalistas sobre governos e organizações internacionais. Um ótimo exemplo está o quinto relatório mundial do "World Wildlife Fund" ("WWF International") sobre o impacto da humanidade em seu finito planeta ("Living Planet Report 2004"), no qual foram adotados dois índices fundamentais: o "Living Planet Index" (LPI) e o "Humanity's Ecological Footprint" (HEF). Enquanto o LPI é voltado para a avaliação do estado geral das condições naturais do planeta, o HEF avalia a intensidade de seu uso pela espécie humana. Entre 1970 e 2000 houve uma redução de 40% no LPI, pois a "pegada ecológica total" passou de 7,81 para 13,33 bilhões de hectares.

Segundo o WWF, a capacidade biológica da Terra já foi excedida em 20%, situação que certamente só pode ocorrer por limitado período. Em 2001 o HEF chegou a ser 2,5 vezes maior do que em 1961. Mas havia, evidentemente, uma brutal diferença de comportamento entre países ricos e pobres. Nesse período, enquanto nos ricos a "pegada per capita" saltou de 3,8 para 6,6 hectares por

habitante (ha/hab), nos pobres ela só aumentou de 1,4 para 1,5 ha/hab. E o relatório do WWF também permite estimar o déficit ecológico, pela comparação da "pegada" ("Total Ecological Footprint") com a "biocapacidade" ("Total biocapacity"). Em 2001, o déficit ecológico global era de 0,4 hectares por pessoa (2,2-1,8). Só que enquanto nos Estados Unidos esse déficit já havia atingido 4,7 ha/hab (9,5-4,9), no Brasil ainda se encontrava um significativo superávit de negativos 8,0 ha/hab (2,2-10,2).

---

Há vários indicadores hoje exercendo papel efetivo nas relações de fiscalização das entidades ambientalistas sobre gestão governamental

---

Todavia, esses indicadores do WWF não são muito convergentes com o Índice de Sustentabilidade Ambiental que ganhou enorme repercussão internacional ao ser apresentado ao Fórum Econômico Mundial de 2002 por um grupo de pesquisa formado por acadêmicos das universidades americanas de Yale e Columbia. Conseguiram calcular esse ESI, ("Environmental Sustainability Index") para 142 países, apesar de ter 68 variáveis referentes a 20 indicadores. E para cinco dimensões: sistemas ambientais, estresses, vulnerabilidade humana, capacidade social e institucional, e responsabilidade global.

A cada dimensão corresponde uma premissa. Em primeiro lugar, é necessário que os sistemas ambientais vitais sejam saudáveis e não entrem em deterioração. Também é essencial que os estresses antrópicos sejam baixos e não causem danos aos sistemas ambientais. Em terceiro, a alimentação e a saúde não devem ser comprometidas por distúrbios ambientais. Em quarto, é preciso que existam instituições, padrões sociais, habilidades, atitudes e redes que fomentem efetivas respostas aos desafios ambientais. E, em quinto, há que cooperar para o manejo dos problemas ambientais comuns a dois ou mais países, além de reduzir os "transbordamentos" de problemas ambientais de um país para outro.

Comparações entre ESI e IDH desses 142 países sugerem que os cinco de desenvolvimento mais insustentável sejam respectivamente Coreia do Sul, Bélgica, Inglaterra, Polônia e Itália, enquanto o extremo oposto é ocupado pela Finlândia, Noruega, Suécia, Canadá e Suíça. O problema é que construir um índice quando se dispõe de razoável matéria-prima (bases de dados) é uma tarefa bem mais fácil do que conseguir legitimá-lo. E a enxurrada de críticas já feitas ao ESI confirma que ainda vai demorar muito para que surja um índice de sustentabilidade ambiental capaz de obter legitimidade comparável à que o IDH hoje desfruta para o desenvolvimento.

Das críticas que surgiram, a mais sistemática foi elaborada pelos professores Raghendra Jha, da Universidade Nacional da Austrália, e K. V. Bhanu Murthy, da Universidade de Delhi. Eles opõem ao ESI diversas considerações de ordem filosófica e empírica. A principal limitação seria a falta de reflexão sobre as

variáveis que estão correlacionadas, e principalmente as que mantêm relação de causa e efeito. Variáveis causais e variáveis de impacto não deveriam ter sido misturadas no mesmo índice, dizem eles (<http://ssrn.com/abstract=380160>). E sugerem um outro índice - o EDI - mais especificamente de degradação ambiental. Segundo esse "Environmental Degradation Index", os Estados Unidos estão na 83ª posição, e não na 45ª conforme classificação do ESI. Pior: nessa visão, o Brasil está na 103ª, em vez de ocupar o 20º lugar.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor do livro "Desenvolvimento Sustentável - O Desafio do Século XXI (RJ: Ed. Garamond, 2005)", escreve mensalmente às terças e, excepcionalmente, nesta quarta. Página web:

<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli>